SENTINELA
ADMINISTRADORA JUDICIAL

***EXMº SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA REGIONAL EMPRESARIAL DE PORTO ALEGRE/RS.***

***Proc. nº 5002955-82.2018.8.21.0015.***

***MASSA FALIDA DE METALÚRGICA ESTAL LTDA***, por sua ***Administradora Judicial***, nos autos da ***FALÊNCIA***, vem respeitosamente ante V. Exª, na forma a que alude o artigo 114-A, § 2º, c/c art. 155, da Lei 11.101/2005, apresentar

***RELATÓRIO FINAL***, nos seguintes termos:

***I – SÍNTESE DA DEMANDA FALIMENTAR:***

1. Trata-se de **pedido de falência ajuizado em 30/08/2018 por SKA AUTOMAÇÃO DE ENGENHARIAS LTDA (CNPJ nº 81.329.823/0001-67) contra METALÚRGICA ESTAL LTDA (CNPJ nº 93.129.062/0001-89)**, com fundamento no art. 94, II, da Lei 11.101/2005, instruído com certidão de execução frustrada extraída do cumprimento de sentença da ação monitória nº 015/1.12.0004797-6, que tramitou perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Gravataí/RS, no valor de R$ 83.793,55 (em 01/03/2016) **(Evento 3, INIC E DOCS2, pág. 9)**.

2. Citada na pessoa de seu representante legal, Sr. Jairo Luiz Lopes **(Evento 18)**, a devedora deixou transcorrer in albis o prazo para contestação e depósito elisivo, sobrevindo sentença de extinção do feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, VI, do CPC **(Evento 60)**.

3. A requerente da falência interpôs recurso de apelação **(Evento 63)**, o qual foi provido pela colenda 6ª Câmara Cível do e. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul para **decretar a falência de METALÚRGICA ESTAL LTDA em 30/06/2025**, determinando ao juízo de origem a adoção das providências do art. 99 da Lei 11.101/2005.

4. Retornados os autos e redistribuído o feito a esse douto juízo, na forma dos Atos nº 237/2025-CGJ e 238/2025-CGJ **(Evento 85)**, sobreveio decisão de cumprimento do acórdão, **com termo legal fixado em 30/05/2018**, nomeando-se a Sentinela Administradora Judicial, para atuar na falência **(Evento 93)**, cujo termo de compromisso foi firmado em 12/06/2026 **(Evento 122)**.

5. Foram expedidos os ofícios à Receita Federal e à Junta Comercial **(Eventos 102 e 105)**, intimadas as Fazendas Públicas e o Ministério Público, e publicado o edital do art. 99, § 1º, da Lei 11.101/2005, disponibilizado no DJe em 13/07/2026 **(Evento 141)**.

6. O representante legal da falida foi intimado por carta com aviso de recebimento **(Evento 171)**, mas **não prestou as declarações do art. 104 da Lei 11.101/2005**, tampouco apresentou a relação de credores, os livros e documentos contábeis ou indicou a localização de bens da falida.

7. No tocante ao **ativo**, verificou-se a **inexistência de bens móveis ou imóveis passíveis de arrecadação**. Em cumprimento ao mandado de lacração e arrecadação, acompanhado por essa Administradora Judicial, o Sr. Oficial de Justiça certificou que a falida deixou o endereço de sua sede (Avenida Centenário, nº 1097, em Gravataí/RS), há mais de dez anos, funcionando no local empresa de quadras esportivas **(Eventos 131 e 133)**. Além disso, o CNPJ da falida encontra-se inapto desde 13/09/2018, e as pesquisas realizadas por meio dos sistemas SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD e SNIPER resultaram integralmente negativas **(Evento 151)**.

8. Destaca-se, outrossim, a inexistência de ações cuja falida seja autora/credora, inexistindo processos ativos que impeçam o encerramento da presente falência.

9. Quanto ao **passivo**, a falida não apresentou relação de credores e não houve habilitações de crédito no prazo do edital, restando noticiados nos autos apenas o crédito que amparou o pedido de falência no valor de R$ 83.793,55, o crédito tributário informado pelo Município de Gravataí/RS de R$ 11.381,46 **(Evento 161)**, e o pedido de instauração de incidente de classificação de crédito público formulado pelo Estado do Rio Grande do Sul, sem que tenha sido apurado valores **(Evento 124)**.

SENTINELA
ADMINISTRADORA JUDICIAL

10. Em atenção ao art. 22, III, “e”, c/c art. 186 da Lei 11.101/2005, essa Administradora Judicial apresentou o Relatório de Exposição Circunstanciada **(Evento 179, ANEXO2)**, apontando indícios das condutas tipificadas nos arts. 168, 171, 173 e 178 da Lei 11.101/2005, tendo o Ministério Público instaurado a Notícia de Fato nº 01227.001.546/2026 para a respectiva apuração **(Evento 182)**, cujo curso independe do encerramento da falência.

11. No mais, todas as informações colhidas nos autos demonstraram que se trata de **falência frustrada**, inexistindo quaisquer ativos que justificassem o prosseguimento do feito, situação comunicada por essa Administradora Judicial para fins de adoção dos atos necessários ao encerramento sumário da falência, na forma do art. 114-A da Lei 11.101/2005 **(Evento 157)**, com parecer favorável do Ministério Público **(Evento 165)**.

12. Assim, foi publicado o **edital do art. 114-A da Lei 11.101/05**, comunicando a ausência de bens para arrecadação e oportunizando aos credores e interessados requerer o prosseguimento da falência **(Evento 169)**, cujo prazo decorreu sem qualquer demonstração de interesse nesse sentido **(Evento 178**.

***DIANTE DO EXPOSTO,*** requer se digne esse ilustrado juízo em receber o presente relatório final, fins de que, após oitiva do Ministério Público, **seja proferida sentença de encerramento da falência,** com subsequente publicação do edital previsto no art. 156, parágrafo único, da Lei 11.101/05, independentemente do recolhimento de custas processuais, ante a inexistência de ativos da massa falida.

Novo Hamburgo/RS, 15 de outubro de 2026.

***P. deferimento.***

***Sentinela Administradora Judicial.***
***Claudete Figueiredo – Profissional Responsável.***

***p.p. João Pedro de Oliveira.***
***OAB/RS 60.207.***

***p.p. Henrique Gama.***
***OAB/RS 85.190.***

***p.p Rafael R. dos Santos.***
***OAB/RS 139.882***